

Projeto Rondon 2005: Diagnóstico para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável do Município de Tefé (Amazônia Ocidental)

Autoria: Rosinha Machado Carrion - carrion@ea.ufrgs.br
Beatriz Hellwig - bhellwig@yahoo.com.br
Cristiane Keller - crikakeller@pop.com.br

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Brasil

Resumo

O artigo apresenta resultados do diagnóstico do Município de Tefé, na Amazônia Ocidental, realizado pela equipe da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no âmbito do Projeto Rondon 2005. A missão, integrada por um professor e quatro universitários, teve por objetivo subsidiar futuras ações governamentais com vistas ao Desenvolvimento Sustentável da região Amazônica. Durante os dias em que permaneceu em Tefé, a equipe realizou entrevistas com autoridades e com a comunidade em geral, visitas em comunidades ribeirinhas e consultas de documentos, dados esses, consolidados em relatório enviado ao Ministério da Defesa. Neste documento são relatadas a precariedade do sistema de saúde e ensino, a ausência de atividades culturais, a inexistência de sistemas de abastecimento de energia, água e saneamento básico, situação essa, que fere os direitos assegurados pela constituição brasileira de 1988, e cujas conseqüências perversas se fazem sentir nas mais diversas esferas da vida. Apesar do relatório apresentar recomendações, até o momento se desconhece providências que tenham sido tomadas para colocar a situação de Tefé na legalidade. Exceção feita à estratégia de repasse dos recursos do Programa Bolsa Família, os quais passaram a ser repassados diretamente às Prefeituras.

Introdução e objetivos

O presente trabalho se insere no contexto do Projeto Rondon 2005, do qual participaram, na etapa de diagnóstico, realizada de 15 a 29 de janeiro desse ano, cerca de 50 professores e 150 estudantes de universidade brasileiras. Ele retrata a participação da Equipe da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A retomada do referido projeto, teve por objetivo geral realizar o diagnóstico da situação social, econômica, educacional, sanitária e de infra-estrutura, em onze municípios do Estado do Amazonas de modo a subsidiar futuras ações do Poder Público Municipal, Estadual e Federal com vistas ao Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Região.

Coube a equipe UFRGS realizar o diagnóstico do Município de Tefé, o qual se encontrava sob intervenção federal. Estiveram também nessa localidade, no mesmo período e com objetivo similar, equipes das universidades Rural do Rio de Janeiro, Federal de Uberlândia, Federal de Minas Gerais, Federal de Viçosa e Estadual do Mato Grosso do Sul.

Metodologia

O estudo exploratório-descritivo, de natureza quali-quantitativo, realizado pela equipe UFRGS e consolidado em relatório de aproximadamente quatrocentas páginas, enviado ao Ministério da Defesa, em março de 2005, utilizou como técnicas de levantamento

de dados: (i) busca prévia de informações via Internet; (ii) consulta a fontes secundárias (documentos oficiais, relatórios, projetos e folders obtidos no local); (iii) entrevistas, geralmente gravadas, com autoridades e administradores públicos, com representantes de organismos dos governos estadual e federal e de Organizações Não Governamentais locais, com religiosos, professores universitários, lideranças sindicais e da sociedade civil, bem como moradores da cidade e da zona rural; (iv) participação em eventos públicos, tais como festas tradicionais e palestras proferidas por educadores locais; (v) observação etnográfica, realizada ao longo de caminhadas pela cidade, nas quais foram observadas as condições de infra-estrutura, as características das vias e dos espaços públicos, das habitações, bem como as formas de comércio, lazer e realização da vida; (vi) diário de campo; (vii) visitas às comunidades rurais ou ribeirinhas orientadas por roteiro prévio.

No meio rural e ribeirinho foram visitadas oito comunidades. A escolha das comunidades se deu a partir da consulta a agentes do Poder Público, representantes de Organizações Não Governamentais e sociedade civil. O objetivo da consulta foi obter uma amostra que contemplasse: (i) uma comunidade que exercesse a função de núcleo; (ii) comunidade identificada como particularmente carente; (iii) comunidade nas quais estivessem em andamento (ou houvesse ocorrido) projeto de destaque econômico na região; (iv) comunidade indígena; (v) comunidade particularmente distante da sede administrativa do município de Tefé; (vi) comunidade em área de Reserva Extrativista e/ou Florestal; (vii) comunidade em área de Reserva Ambiental, com atividade de Remanejamento. A partir desses critérios foram visitadas as seguintes comunidades: Santo Isidoro (Projeto Engenho); Agrovila da EMADE (Projeto EMADE); São Luiz do Macari (comunidade com maior carência); São Sebastião (Reserva Florestal/Extrativista); Boca do Mamirauá (Reserva Ecológica com remanejamento florestal e de peixes); São Francisco de Assis (Comunidade distante); Barreira das Missões de Baixo (Indígena, etnia Kokama); Boa Vista do Marajó (Comunidade Núcleo).

As categorias de análise adotadas foram as definidas no documento encaminhado às Instituições de Ensino Superior pelo Ministério da Defesa, a saber: População, Organização Política, Habitação, Produção/Comercialização, Saúde, Educação, Infra-estrutura e Saneamento (Água, Esgoto, Energia), Transportes, Cidadania, Ações do Poder Público, Programas Sociais e de apoio ao Desenvolvimento.

O referido documento previa, ainda, o envolvimento das equipes universitárias na identificação de programas e projetos de interesse social, planejadas ou em andamento, no levantamento de interesses e necessidades locais, bem como na proposição de medidas e ações a serem implementadas pelo poder público, com o objetivo de contemplá-las.

Resultados e discussões

A análise dos dados coletados revelou uma situação de dramático abandono, tanto da população que vive em Tefé, a capital do município que dista 516 Km em linha reta, e a 663 Km por via fluvial, de Manaus, e opera como pólo comercial, econômico e financeiro da região do Alto Solimões, como das pessoas nas comunidades que visitamos, as quais em sua condição de amostra informam sobre cerca de quinze mil pessoas, distribuídas entre as sessenta e três comunidades rurais ou ribeirinhas, que vivem isoladas da sede municipal, pela absoluta ausência de qualquer meio de comunicação e de transporte público.

Em todas as áreas investigadas os problemas são inúmeros. Para uma população de aproximadamente 80 mil pessoas, o Município de Tefé conta com seis médicos clínicos gerais, um hospital com sessenta leitos e um posto de saúde sem condições de operar. Não existe sequer material básico, como soro antiofídico, gaze e luvas descartáveis. A região é caracterizada por muitas endemias: malária, leishmaniose, hanseníase e hepatite. Não há programa de saúde, vacinação, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, ou acompanhamento pré-natal.

A rede pública de ensino dispõe de aproximadamente trezentos professores para o ensino fundamental, destes apenas cerca de 25% são concursados. São seis escolas de ensino fundamental, com aproximadamente cinco mil e quinhentos alunos matriculados. Não há escolas municipais de ensino médio. Na medida em que registros públicos, ou não

existem, ou se revelaram não confiáveis, não se dispõe de informações sobre a real demanda por vagas, bem como os índices de evasão e repetência escolar. Ainda, assim, conforme relatos e fatos constatados, a situação é alarmante e se reproduz nas comunidades ribeirinhas. A situação da merenda escolar é igualmente crítica. Em 2004, foram recebidas apenas nove cotas de merenda, dessas, cinco foram destinadas à zona urbana e quatro para a zona rural.

Ainda com relação à zona urbana, cabe destacar a ausência de representações de órgãos públicos, como o Ministério do Trabalho. Das 78% das pessoas ocupadas e remuneradas, que declaram ter algum tipo de rendimento, na capital Tefé, cerca de 80% têm renda mensal nominal inferior a três salários mínimos (ALVES NETO, 2004). Conforme declaração de autoridades locais, mais de 90% dos trabalhadores da Prefeitura Municipal não é concursado.

A falta de perspectiva para os jovens, as altas taxas de natalidade, a ausência de programa de planejamento familiar institucionalizado, gravidez na adolescência, casos de prostituição infantil, sociedade civil desorganizada, ausência de mecanismos de controle social, falta de incentivos e alternativas culturais, são alguns dentre os inúmeros problemas constatados e que atentam para os direitos humanos e sociais da população de Tefé.

A cidade não possui Plano Diretor, o que face a população é inconstitucional. O crescimento urbano se dá de modo desordenado, as vias públicas, assim como as calçadas, quando existem, são precárias. As construções, geralmente de madeira, são construídas não raro em áreas de risco, sendo que 11% das casas já foram atingidas por enchentes (BENITES, 2001). O sistema de abastecimento de água, atende apenas uma pequena parcela da população urbana, o que obriga os habitantes a improvisarem poços que não obedecem as regras mínimas de saneamento, ou então, a se abastecerem em igarapés e riachos que cortam a cidade, ou no próprio lago de Tefé.

A situação do lixo não é diferente. Na ausência de um sistema regular de coleta ou de um local reservado para depósito, o lixo é jogado em veios de água ou depositado ao céu aberto em pleno centro urbano, como é o caso também do lixo hospitalar. Em relação ao transporte, nem mesmo a capital dispõe de sistema público de transporte. O deslocamento é realizado em motos particulares, ou moto-táxis, as quais transitam sem nenhum tipo de controle quanto à segurança de motoristas e passageiros, sendo comum famílias de até quatro pessoas, inclusive crianças transportadas em um único veículo dessa natureza. Paralelamente, a significativa maioria dos veículos que trafega sem identificação, faz de Tefé a capital das negociações ilegais de veículos na região amazônica. O código de ética da cidade, editado em 1986, assegura ao prefeito municipal, em algumas situações, o poder executivo, legislativo e judicial, e aos funcionários públicos o exercício da atividade policial. Situações essas, nas quais o direito de defesa do réu é praticamente nulo.

Nas comunidades rurais ou ribeirinhas, a situação não é menos grave. As populações locais não dispõem de abastecimento de energia elétrica, de sistema de transporte, ou de qualquer meio de comunicação. Com exceção do rádio, que é o receptor de notícias mais utilizado, as comunidades visitadas não possuem telefone, e apenas algumas têm acesso à televisão, dificultando, desta forma, o contato com o mundo externo, a aquisição de novas informações e a própria troca de conhecimentos entre as comunidades vizinhas.

Paralelamente, o improvisado que caracteriza as estratégias de escoamento da produção, não apenas coloca em risco a vida dos trabalhadores rurais, como compromete qualquer possibilidade de ganho real que seria necessário para a sobrevivência com um mínimo de dignidade. Do mesmo modo que torna praticamente inviável o acesso ao centro urbano, mesmo em casos de emergência de saúde.

A ausência de um sistema público de educação ambiental impede, igualmente, a adoção de medidas sanitárias básicas para o tratamento da água ou dos dejetos. Verificou-se, igualmente, a presença de déficit habitacional, problema que poderia ser solucionado caso o poder público disponibilizasse serra para o corte de madeira para fins residenciais. Com exceção da região da FLONA (Floresta Nacional), que recebe o apoio do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), as outras comunidades não dispõem de qualquer perspectiva para sanar o problema habitacional.

Cabe também destacar a absoluta ausência de assistência técnico agrícola às comunidades rurais, ainda que não seja essa a situação relatada em documentos oficiais.

Quanto à produção, a farinha de mandioca instituiu-se como verdadeiro padrão econômico regional, sendo cultivada e processada de modo artesanal e vendida por preço aviltante. Conforme informações coletadas junto à população, cerca de 90% da produção é adquirida informalmente, por um único comerciante, o qual dada a situação de monopólio define preços sem qualquer possibilidade de barganha dos produtores rurais.

Como parte integrante do relatório apresentado ao Ministério de Defesa foram apresentadas inúmeras recomendações com o objetivo de promover o desenvolvimento integrado, não só do município de Tefé, mas da Região Amazônica como um todo. Abaixo são listadas algumas delas.

No âmbito Jurídico Institucional, observa-se a necessidade de suprimir o Código de Posturas do município, que legitima a ilegitimidade viabilizando um sistema político ditatorial.

Paralelamente, propõe-se a elaboração de um Plano Diretor da Cidade, que conforme a Constituição Federal do Brasil de 1988 é obrigatório para as cidades com mais de vinte mil habitantes, sendo considerado instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. Com isso se estará também gerando as condições para a cobrança de impostos, de modo a garantir o fornecimento dos serviços públicos de infra-estrutura, como luz, água e esgoto.

Na esfera administrativa, recomenda-se a informatização da administração municipal, com a implantação de um sistema de informações gerenciais e de um banco de dados, de modo a contribuir para o planejamento das ações governamentais. Essa sugestão é baseada na dificuldade de coletar dados, atuais e verossímeis, referentes ao município. Além disso, dentro de um redesenho da estrutura administrativa municipal, urge a implementação de um plano de carreira para os servidores da Administração Municipal. Pelo projeto apresentado aos coordenadores das Equipes do Rondon baseadas em Tefé, o Secretário Municipal da Educação evidenciou que a forma de cálculo das remunerações está sendo pensada a partir de critérios que valorizam apenas o Tempo de Serviço e a Titulação, deixando de considerar fatores como a inovação e a produtividade, que são essenciais ao desenvolvimento sustentável.

Com relação a gestão pública, propõe-se a instituição da prática de ação por Projetos, condicionando e norteando o apoio do Poder Público a ações da sociedade Civil ou do Setor Privado, bem como à análise da contribuição e do impacto econômico, social e ambiental dos projetos apresentados. Assim, ainda que campanhas, como por exemplo de educação ambiental, devam ser estimuladas, o uso adequado de recursos públicos exige uma análise prévia e criteriosa das condições de exequibilidade das ações.

Recomenda-se, igualmente, estimular a formação de parcerias, de modo a criar um ambiente favorável ao desenvolvimento. Entre os parceiros que poderiam ser considerados nas ações do poder público local sugere-se a Universidade Estadual do Amazonas (UEA), que já possui um campus em Tefé, responsável pela formação em História, Geografia, Química, Física, Ciências Biológicas, Ciências Políticas, Normal Superior. É igualmente apontada a necessidade de estimular a consolidação de localidades (Comunidades) pólos de desenvolvimento. Algumas dessas comunidades, como Boa Vista do Marajó, já realizam atividades fundamentais para as comunidades em seu entorno, como por exemplo, exames de controle de doenças tropicais, e por esse grau de organização social poderiam, se devidamente apoiadas, virem a exercer a função de pólo de desenvolvimento local. Para tanto é fundamental dotá-la de recursos de infra-estrutura, como uma Escola de Ensino Médio.

Para a área econômico-social, recomenda-se o desenvolvimento da agroindústria, e para que tal ocorra de modo sustentável, ou seja, gerando renda, preservando os recursos naturais e respeitando os valores da cultura local, sugere-se que se desenhe o Plano de Desenvolvimento dos Setores Agrícola e da Pesca, não apenas articulado aos Planos Municipal, Regional e Federal de Desenvolvimento, respeitadas as normas de proteção ambiental, como também com ampla participação da sociedade civil local.

Paralelamente, a denúncia da ausência de assistência técnica às populações rurais e ribeirinhas, o que por si só exigiria a tomada de medidas imediatas dos órgãos

competentes, recomenda-se a implantação de um sistema de comercialização coletiva para os produtos agrícolas, e para o pescado.

É também apontada a necessidade de criação de uma Escola Técnica voltada a formação continuada, tanto dos técnicos municipais, como dos agricultores. Tendo-se presente ser essa uma ação educativa recomenda-se a formação de parceria com unidades de ensino locais, inclusive com apoio do Ministério da Educação que já selecionou universidades da região para programas de formação continuada de Professores para 1º Grau e Ensino Médio. Uma sugestão, apresentada pelo Secretário Municipal da Educação em Tefé, e que cabe referir, é a criação de uma Universidade Rural, a qual conforme sua proposição, poderia iniciar com o estabelecimento de uma parceria com a Universidade Federal do Amazonas.

Recomenda-se, igualmente, a implantação de um sistema de qualificação continuada dos produtores locais, bem como a elaboração de cartilhas de divulgação dos programas do Poder Público e de apoio ao exercício das atividades produtivas, em parceria com trabalhadores rurais e da pesca, de modo a ajustá-las às particularidades das tradições, da cultura e do imaginário local.

Outro importante incentivo sugerido para a produção local é a revitalização do artesanato, resgatando suas tradições. Um ponto a ser destacado é a dificuldade de encontrar-se produtos de artesanato que possam ser utilizados como objetos de adorno ou como arte decorativa em Tefé. Além da limitação imposta pela escassez dos pontos de venda, em um município que é coração comercial, financeiro e econômico da Amazônia Ocidental, a ausência de variedade e o pequeno tamanho do estoque inviabilizam aquela que poderia ser uma fonte de renda para a população local, e que viabilizaria, igualmente, a preservação de práticas ancestrais, a maioria das quais, como se pode perceber já se encontram em extinção. A difusão de novas técnicas artesanais articuladas as ainda existentes poderia viabilizar o aproveitamento de resíduos que hoje estão sendo jogados nos mananciais. Para tal, conforme recomenda-se, seria oportuno promover em escolas e associações cursos de confecção de artesanato e brinquedos à partir de lixo seco, como garrafas PET, latinhas, latas, papel, etc.

Também foi recomendada a adaptação da estrutura e a metodologia do Programa Bolsa Família às características cognitivas e culturais da população, pois conforme foi possível constar, pelo relato das autoridades e dos habitantes do Município de Tefé, o Programa não está atendendo os objetivos para os quais foi criado. Problemas de diversas naturezas somam-se para configurar o insucesso local desse programa, a saber: o sistema de credenciamento dos beneficiários; a estrutura institucional responsável pela distribuição dos benefícios; o fato das senhas serem de domínio público e não sigiloso; o sistema de saque dos recursos apoiado no uso de cartão magnético; e o desconhecimento pelos beneficiários dos direitos que o programa lhes assegura. Para superar esses impasses apontados, e considerando-se o alto índice de analfabetismo da população, recomendou-se a construção de cartilhas ilustradas com elementos lúdicos do imaginário e das tradições culturais locais, assim como rever o sistema de saque eletrônico através de cartão eletrônico, o qual se pode afirmar com segurança, ao invés de representar uma solução, está gerando um novo impasse.

Em relação a cultura local, recomendou-se o incentivo a parcerias público-privado, face às implicações sociais que a ausência de uma estrutura de cultura e lazer têm em um centro urbano, no qual a única opção disponível são bares e boates. Recomendou-se, igualmente, a construção de novos espaços de lazer, com quadras poli esportivas, e a reativação da Biblioteca Municipal, bem como o desenvolvimento de habilidades artísticas, e de visualização/ valorização da arte e dos valores locais.

Na área de infra-estrutura urge implantar um programa de saneamento básico para toda a população, pois atualmente, as condições de higiene, tanto na zona urbana como na rural, são de calamidade. Não existe sistema de esgoto sanitário, de coleta de lixo e de tratamento da água.

No que tange a área dos transportes é importante instituir um sistema de transporte público que atenda as necessidades da população na área urbana, bem como de transporte para as zonas rurais. Recomenda-se, ainda, a concessão de guias livre de encargos para que os trabalhadores rurais possam transportar na legalidade a produção para o centro

urbano, evitando, assim, que sejam obrigados a navegar à noite, sem luz ou qualquer sistema de sinalização, como são atualmente obrigados a fazer.

Na área de comunicações é necessário implantar um sistema de rádio que viabilize a comunicação entre as comunidades ribeirinhas, e também é importante a instalação de serviço de telefonia público nestas comunidades.

Em relação à saúde, faz-se urgente e necessária a ampliação do quadro de profissionais, com a contratação de farmacêuticos, fisioterapeutas e nutricionistas. Da mesma forma, urge contratar mais médicos especialistas, principalmente pediatras, ginecologistas/ obstetras e ortopedistas. Além disso, devem ser disponibilizados materiais básicos para trabalho, e também medicamentos essenciais para a população. Recomenda-se, também, a descentralização do atendimento, o qual deve estar ao alcance da população, para isso podem ser construídos mais postos de saúde que atendam as comunidades mais distantes. Como, ainda, a implantação de um programa de formação de agentes de saúde, que levem informações e orientações sobre saúde, meio ambiente, direitos e deveres dos cidadãos e bons hábitos de higiene. Isso poderia ser feito em parceria com a universidade local, e os alunos atuariam junto às comunidades através de projetos de extensão. Eles poderiam ser capacitados através de cursos e palestras proferidos por profissionais da área da saúde, ensinando-os a trabalhar com as comunidades, usando uma linguagem simples e didática.

Ainda nesta linha de saúde educacional, é muito importante que o acompanhamento pré-natal e a realização de exames básicos (HIV, ultrassonografia, entre outros) sejam incentivados. Inclusive, o projeto do secretário de saúde, de ofertar um pequeno enxoval ao bebê para as mães que fizerem corretamente esse acompanhamento, é muito interessante e merece uma análise detalhada.

No que diz respeito à educação, a primeira recomendação é realizar um censo escolar municipal, para que dados atuais sejam coletados e possam subsidiar futuras ações para amenização dos problemas encontrados.

Com a preocupação de investir na produção agrícola e proteger ao meio ambiente, propõe-se a implantação de um sistema de adubação orgânica nas roças de agricultura familiar para um melhor aproveitamento do solo. O adubo poderia ser composto pela matéria orgânica produzida pela floresta e pela própria comunidade, como restos de comida.

Recomenda-se, também, a capacitação de agricultores de mandioca para utilizarem métodos alternativos às queimadas, atividade essa proibida pelo Código Florestal Brasileiro. No sentido de orientá-los para a utilização de técnicas diferenciadas e que recebam equipamento adequado para aplicá-las, a fim de preservar o solo amazônico sem impedir a realização do plantio.

Com relação à questão ambiental, recomendou-se o incentivo e aprimoramento tanto do programa, como da infra-estrutura disponível para o manejo das populações de peixes, para que haja repovoamento sem perda de produção. Já com relação a formação de reservas, a visita a Reserva Ecológica de Mamirauá, nos alertou para a necessidade, não apenas de fomentar, como de criar estruturas capazes de assegurar a efetiva participação da sociedade civil local na gestão de empreendimentos dessa natureza. Assim como para os cuidados que necessitam ser tomados, dado o risco que a implantação de Projetos, como o de autoria da Ministra do Meio Ambiente que ora transita no Congresso Nacional, e que propõe a criação de reservas agrícolas na região, representam para populações cujas relações sociais de produção são hoje regidas por padrões pré-capitalistas.

Assim, se de um lado, urge que o Poder Público assuma a região amazônica como prioridade nacional, por outro, é preciso atenção especial, para que não se implantem projetos, mesmo os mais bem intencionados, que entrem em choque frontal com as tradições culturais e os valores dos habitantes locais. Faz-se também fundamental, assegurar ao IBAMA e ao INCRA os recursos necessários ao desempenho de suas funções. Ter uma política, sem no entanto assegurar sua estrutura e os recursos para implementá-la, é inócuo. Assim sendo, cabe destacar a precariedade de recursos, tanto humanos como financeiros, à disposição do IBAMA para exercer a fiscalização.

Conclusões

A consciência da inconstitucionalidade, da ausência de instâncias e de mecanismos de controle social, do descaso com a saúde e a educação, agravados pelo analfabetismo, desemprego e informalidade crescentes no mercado de trabalho, a falta de condições mínimas de infra-estrutura de saneamento, do esvaziamento da memória cultural, somados à corrupção política, a falta de integração das ações do poder público, a ausência de uma política de desenvolvimento local sustentado e a carência de profissionais capacitados que assumam com responsabilidade suas atribuições, nos levam a concluir que qualquer sugestão ou projeto com o intuito de contribuir para reverter a situação caótica do Município de Tefé só será viável se implementado no âmbito de um processo de reestruturação global.

É necessário, para isso, rever e reconstruir não apenas as práticas político-administrativas municipais, como também práticas dos governos do Amazonas e do próprio Governo Federal, que direta ou indiretamente, contribuem para que situações como as aqui descritas. Pensar um futuro para Tefé significa, conforme consta no relatório analítico encaminhado pela equipe UFRGS ao Ministério da Defesa, pensar não apenas o futuro da Amazônia, mas o tipo de Sociedade em que queremos viver, todos nós cidadãos brasileiros.

Referências

ALVES NETO, José Luciano Rodrigues. *As potencialidades do município de Tefé, subsídios para a implantação de políticas públicas que visem o desenvolvimento sustentável da região*. [Especialização] Universidade Candido Mendes, 2004, 170p.

BENITES, José Siqueira. *Diagnóstico da Qualidade de Vida da Comunidade Urbana de Tefé – 2001*. Apresentação em 27/01/2005, Universidade do Estado do Amazonas, Tefé.

CARRION, Rosinha Machado *et al.* *Relatório Projeto Rondon* – Edição 2005. Porto Alegre, 2005.